**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**EDITAL LICITATÓRIO Nº 167/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.044/2023**

A **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**, Estado de São Paulo, com autorização do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo menor preço global.** Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar os envelopes, devidamente fechados e opacos, contendo um deles a **DOCUMENTAÇÃO “Nº I”** e no outro a **PROPOSTA “Nº II.** Na hipótese de haver troca de conteúdo dos envelopes mencionados poderá ser desclassificada a empresa que assim procedeu. Os envelopes de Nº I - (Documentos de Habilitação) e o de Nº II - (Proposta) serão recebidos na Seção de Licitações, situada na Avenida Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Lucca, até o **dia 01 de fevereiro de 2024, às 11 horas.** Após a hora marcada para o encerramento do prazo de recebimento dos envelopes I e II não mais serão aceitos os referidos envelopes, nem permitidos adendos aos já entregues. A abertura do **envelope Nº I,** contendo a documentação para Habilitação será realizada em sessão pública, na Sala de Licitações, no mesmo endereço, às **11h15min do dia 01 de fevereiro de 2024.**

I - OBJETO DA LICITAÇÃO

**1.1** **-** **Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e plantio de grama em área de operação do Aterro Sanitário Município de Itatiba, por execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, tudo em conformidade com memorial, planilha e demais condições apresentadas no edital desta licitação e em seus anexos.**

1.2 - A executora deverá fornecer todos os equipamentos, veículos, ferramentas, material e mão de obra necessários à execução da obra.

1.3 - O valor global estimado para a contratação é de R$ 1.592.195,00 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil e noventa e cinco reais).

1.4 - A obra será suportada com recursos próprios e operação de crédito FINISA.

**II - LOCAL ONDE SERÃO PRESTADAS INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS RELATIVAS À LICITAÇÃO**

2.1 - As informações administrativas relativas à licitação serão prestadas pela Seção de Licitações, na Avenida Luciano Consoline, 600, Jardim de Lucca, fone (11) 3183-0655.

2.2 - A Comissão Permanente de Licitações, com apoio do Setor Solicitante, dirimirá as dúvidas que vierem a ser suscitadas, desde que manifestadas por escrito, mediante e-mail ou protocolo dirigido à Comissão Permanente de Licitações.

2.3 - Os atos da Comissão Permanente de Licitações, o resultado do julgamento, as decisões de homologação e adjudicação serão publicadas na Imprensa Oficial de Itatiba e disponibilizados no endereço **www.itatiba.sp.gov.br**.

**III - DA PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar da licitação as empresas que atendam a todas as exigências deste Edital.

3.2 - Não será permitida a participação de empresas em consórcios.

3.3 - Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

a) Declaradas inidôneas;

b) Enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Itatiba;

d) Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal;

e) Sociedade estrangeira que não funcione no país.

**IV - PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**

**4.1 - DA REPRESENTAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1.1 **-** A interessada na Licitação poderá fazer-se representar por pessoa de sua confiança, mediante carta de credenciamento, procuração ou qualquer outro documento, em sua forma original ou autenticada, na qual mencione expressamente que lhe confere amplos poderes, inclusive para receber intimações, assinar atas, renunciar ou desistir de recursos, conforme o modelo constante no Anexo III.

a) A carta de credenciamento, procuração ou documento mencionado supra, deverá vir acompanhada de cópia autenticada e atual dos Atos Constitutivos da empresa, comprovando que a representação foi autorizada por pessoa competente a fazê-lo;

b) Quando a empresa fizer-se representar na licitação por seu Diretor ou um dos Sócios, deverá apresentar cópia autenticada e atual dos seus Atos Constitutivos;

c) A credencial, a procuração ou o documento a que se refere o item 4.1.1, deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações antes do início da sessão de abertura do envelope nº I, as quais serão juntadas ao respectivo processo licitatório;

d) A não apresentação de documento de representação não será motivo de inabilitação, impedindo a licitante tão somente de manifestar-se em ata durante a sessão de abertura dos envelopes.

4.1.2 - Quanto às microempresas e às empresas de pequeno porte:

4.1.2.1 - Além do documento estipulado no item 4.1.1, deverá ser apresentada, fora dos envelopes, declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste edital.

4.1.2.1.1 - A exigência do item 4.1.2.1 será suprida caso a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte estiver dentro do envelope de documentos de habilitação.

**V - DA VISITA TÉCNICA**

5.1 - A Visita Técnica é **FACULTATIVA**.

5.1.1 - Os interessados poderão agendar visita junto a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, das 9h às 16h por meio do telefone (11) 3183-0630, ramal 1950.

5.1.1.1 - A visita técnica deverá ser feita por preposto indicado e autorizado pela empresa interessada em participar, que será credenciado para o ato, da forma estabelecida no item 4.1.

**VI - DO ENVELOPE I – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

**6.1- QUALIFICAÇÃO JURÍDICA**

6.1.1 - A prova de qualificação jurídica será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Prova de registro empresarial no caso de empresa individual;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.2 - QUALIFICAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

6.2.1 - A prova de qualificação fiscal será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ);**

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

c) Certidão de **regularidade de débitos com a Fazenda Municipal,** da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS).**

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

6.2.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, poderão apresentar documentação fiscal e trabalhista com ressalva ou restrição, as quais deverão ser regularizadas após declaração vencedor (*vide* cláusula XVI, item 16.4 deste edital).

**6.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.3.1 - A prova de qualificação técnica será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), válida na data da abertura da Licitação;

b) Comprovação de capacidade técnico-profissional, através de prova do licitante possuir, na data prevista para a entrega das propostas, profissional detentor de CAT (s) – Certidão (ões) de Acervo Técnico, devidamente registrada (s) na entidade profissional competente, que demonstre(m) experiência: **(i) execução de redes coletoras de águas pluviais; (ii) execução de muro de gabião; (iii) plantio de grama;**

b.1) Deverá ser comprovado vínculo entre o profissional técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT, exigida na alínea “b”, e a empresa licitante. A comprovação far-se-á mediante a apresentação da respectiva ficha de registro de empregados, se o profissional compuser o quadro permanente da empresa, ou, por meio da apresentação do respectivo contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou, ainda, por outro documento idôneo à demonstração de que a interessada se pode valer da capacidade técnica do profissional indicado para a consecução do serviço objeto da futura contratação. Se o atestado estiver em nome de sócio da empresa licitante, a comprovação do vínculo far-se-á por meio do contrato social em vigor.

c) Comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do subscritor, demostrando a execução pretérita pela licitante de serviços compatíveis em características e quantidades com os serviços licitados, devendo, para efeito de demonstração de compatibilidade, demonstrar a execução pretérita dos seguintes quantitativos mínimos de serviço, que equivalem a 50% do total contratado (Súmula 24 do TCE/SP), bem como prestigiam a relevância técnica e valor significativo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais** | **1.533,50 m** |
| **Muro de gabião** | **40,18 m³** |
| **Plantio de grama** | **7.500,00 m²** |

**6.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

6.4.1 - A prova de qualificação econômico-financeira será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação aplicável à matéria, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a.1) Na hipótese de empresa constituída há menos de 12 meses, deverá apresentar balanço de abertura.

b) Indicadores L1, L2 e L3, referentes ao último exercício, dentro dos parâmetros abaixo especificados:

**L1**: Índice Geral de Liquidez, correspondente ao quociente da divisão da soma do ativo Circulante mais realizável a longo prazo, pelo valor do passivo circulante mais exigível a longo prazo.

**L1** = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

(PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

**L2:** Índice de Endividamento Total, correspondente a relação entre o capital de terceiro, representado pela soma do passivo circulante e exigível a longo prazo e o Ativo Total

**L2** = (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

(ATIVO TOTAL)

**L3**: Índice de liquidez corrente, representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

**L3** = (ATIVO CIRCULANTE) / (PASSIVO CIRCULANTE)

b.1) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no mínimo os seguintes índices: **L1 = maior ou igual a 1,0**; **L2 = menor ou igual 0,50**; e, **L3 = maior ou igual a 1,0**.

c) As empresas deverão obrigatoriamente comprovar, para efeito de cumprimento das exigências de qualificação econômico-financeira, através das contas apresentadas no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, que possuem Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação pretendida, correspondente a importância de **R$ 159.219,50 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos)**

d) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor.

**6.5 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.5.1- Apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo II).

6.5.2 - Apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo represente legal da licitante que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também menor de dezesseis anos, de acordo com o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99 (Anexo IV).

6.5.3 - Apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo represente legal da licitante informando endereço eletrônico para envio de correspondências e notificações que se fizerem necessário (Anexo IX).

6.5.3.1 - Fica a licitante ciente que em caso de mudança de endereço eletrônico o mesmo deverá ser comunicado imediatamente a Prefeitura do Município de Itatiba.

6.5.4 - Os documentos necessários à "Habilitação" deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada legalmente válido.

6.5.5 - Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal, com identificação clara do subscritor.

6.5.6 - Após a "Habilitação", não caberá desistência da proposta pelas empresas licitantes, salvo por motivo justo decorrido de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**VII. DO ENVELOPE II - PROPOSTA**

7.1 - A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, impressa à máquina ou por processo computadorizado apenas na frente, não contendo rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada pelo representante legal ou procurador da empresa proponente, sob pena de ser rejeitada liminarmente.

7.2 - A proposta comercial deverá, obrigatoriamente, seguir o modelo do Anexo V, apresentando valores unitários e totais para todos os itens que compõem o objeto licitado, bem como a indicação e a composição do BDI.

7.3 - No preço total proposto deverão estar inclusos o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramental necessários, mão de obra, fretes, encargos sociais, trabalhistas, tributos, seguros, ensaios, BDI e demais despesas relacionadas ao cumprimento das obrigações licitadas.

7.4 - Na formação do preço que constará da proposta poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da licitação.

7.5 - Ao apresentar a proposta o licitante aceita todas as exigências previstas neste edital e em seus anexos.

7.6 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data limite para a apresentação dos envelopes.

**VIII – DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

8.1 - Não serão aceitas as propostas enviadas via fax ou por qualquer outro sistema de transmissão de dados.

8.2 - A Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizará por qualquer tipo de atraso, nem por envelopes enviados pelo correio e não entregues em tempo hábil na Seção de Licitações.

8.3 - No local mencionado no preâmbulo, até a data e horário estabelecidos, a Seção de Licitações receberá os envelopes I e II, devidamente fechados, de cada participante.

8.4 - Os envelopes só serão recebidos se constar, em lugar visível, além do nome e endereço da proponente, os seguintes dizeres:

**Razão Social da Proponente**

**ENVELOPE -I - (Documentação)**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Razão Social da Proponente**

**ENVELOPE -II- (Proposta de Preço)**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

8.5 - No horário estabelecido, a Comissão Permanente de Licitações procederá à abertura do envelope I (Documentação). Os documentos constantes do envelope serão vistos e rubricados pelos presentes.

8.6 - Da decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos participantes será dada ciência às interessadas na própria sessão ou através de publicação.

8.7 - Não havendo impugnações quanto à habilitação pelos representantes presentes, a sessão será suspensa para que a Comissão Permanente de Licitações examine os “documentos”. Sendo todas as empresas consideradas habilitadas e diante da desistência (renúncia) expressa do recurso legal de que trata o art.109, I, da Lei 8666/93, a Comissão Permanente de Licitações passará, na mesma Sessão, à abertura do Envelope II.

8.8 - Havendo inabilitação de Licitante e por ele renúncia expressa do direito de interposição de recurso, ser-lhe-á devolvido na mesma Sessão o Envelope II – Proposta, caso esteja presente à sessão;

8.8.1 - Se o Licitante não estiver presente, deverá retirar o Envelope II – Proposta na Seção de Licitações. Se não for retirado nos 15 (quinze) dias subsequentes à sessão pública de abertura das propostas, a Comissão o inutilizará independentemente de qualquer aviso ou notificação.

8.9 - Não ocorrendo desistência (renúncia) expressa de recursos quanto à habilitação ou inabilitação, a sessão será suspensa, cientificando-se os participantes que os recursos eventualmente interpostos obedecerão aos prazos do Art. 109 da Lei Federal nº8.666/93.

8.10 - A abertura dos envelopes contendo as propostas, caso não haja desistência (renúncia) expressa de recorrer, dar-se-á após a decisão dos recursos e/ou transcorrido o prazo para sua interposição, em nova sessão designada através de publicação na Imprensa Oficial de Itatiba e disponibilização no endereço eletrônico **www.itatiba.sp.gov.br**.

8.11 - De tudo lavrar-se-á ata, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de licitações e licitantes presentes.

**IX - DO CRITÉRIO DO JULGAMENTO**

9.1 - O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.2 - A análise e o julgamento das propostas ofertadas nesta licitação observarão o seguinte procedimento:

9.2.1 - A análise e a apreciação das propostas serão realizadas pela Comissão Permanente de Licitações, ficando-lhe facultado o direito de transformar o procedimento em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento, bem como consultar técnicos, se necessário.

9.2.2 - No caso de haver discordância entre os preços unitários e totais de cada item, a Comissão Permanente de Licitações efetuará a correção levando em conta o preço unitário apresentado.

9.2.3 - Será verificada a conformidade do objeto ofertado com as exigências constantes deste edital e seus anexos, sendo que serão desclassificadas as propostas desconformes.

9.2.4 - Na análise da aceitabilidade das propostas será ainda observado os seguintes itens:

a) serão desclassificadas as propostas com ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

b) serão desclassificadas as propostas com preço de cada uma das etapas e/ou preço global superior aos preços de referência da licitação.

c) As propostas serão analisadas, para efeito de exequibilidade, conforme os artigos 44, §3º e 48, II e §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.2.5 - Sobre as propostas não-desclassificadas será aplicado o critério de julgamento fixado no item 9.1 deste Edital.

9.2.6 - Por este critério, as propostas serão classificadas em ordem decrescente, segundo a sua vantajosidade.

9.2.6.1 - Em havendo propostas de igual valor, a ordem de classificação será resolvida por sorteio, a menos que o empate se verifique entre proposta formulada por pessoa jurídica beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e pessoa jurídica não beneficiária, pois, nesse caso, a primeira será declarada vencedora do certame independentemente de sorteio.

9.2.7 - Se a proposta de menor preço, classificada em primeiro lugar, tiver sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, desde logo, será considerada vencedora do certame.

9.2.8 - Se a proposta de menor preço não tiver sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, para aplicação dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão observadas as propostas com valor até 10% (dez por cento) superior ao da proposta de menor preço, classificada em primeiro lugar.

9.2.8.1 - Se entre as propostas compreendidas no intervalo estabelecido no item anterior existir oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ter-se-á configurada a situação de empate ficto, de maneira que será concedida às microempresas e empresas de pequeno porte existentes nesse intervalo, em rodada única e obedecida a ordem de classificação, a oportunidade de apresentar nova proposta de preço inferior àquela originalmente classificada em primeiro lugar.

9.2.8.1.1 - Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.2.8, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

9.2.8.1.1.1 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

9.2.8.2 - O prazo para a formulação da proposta referida no item 9.2.8.1 será de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão, contados da data de convocação, que será feita pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações durante a sessão de abertura dos envelopes proposta, por meio de endereço eletrônico (e-mail)ou outro meio de comunicação equivalente.

9.3 - Na hipótese de todas as participantes serem inabilitadas ou terem suas propostas desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações poderá sugerir a autoridade competente fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que levaram à inabilitação ou desclassificação.

**X - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1 - Procedida a classificação e o julgamento, pela Comissão Permanente de Licitações, nos termos dos critérios de avaliação deste Edital, o processo será encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, a quem competirá proceder à adjudicação do objeto licitado e à homologação do procedimento. O vencedor será oportunamente convocado, via correspondência eletrônica ou outro meio de comunicação equivalente, para assinar o contrato, no prazo e nas condições previstas neste Edital.

**XI - DOS PREÇOS CONTRATUAIS**

11.1 - Os preços a vigorarem no contrato serão os ofertados pela licitante vencedora em sua planilha proposta.

11.2 - A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência da licitação realizada mediante a Concorrência nº 15/2023 não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**XII - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

12.1 - A cada período de 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base na variação do INCC - Índice Nacional de Custo da Construção, considerando-se como termo inicial o mês correspondente à data de apresentação da proposta na licitação realizada.

**XIII - DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1 - Mediante requerimentos apresentados à PREFEITURA pela CONTRATADA, serão efetuadas as MEDIÇÕES dos serviços executados, as quais serão apresentadas sob a forma de documento escrito e processadas regularmente pela área técnica da Prefeitura, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, com a juntada, inclusive, se for o caso, dos certificados, laudos e ensaios dos serviços executados ou materiais empregados. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação mensal dos seguintes documentos: (a) comprovação dos recolhimentos do FGTS; (b) comprovação dos recolhimentos das contribuições ao INSS.

13.1.1 - A área técnica da Prefeitura terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para emitir manifestação sobre as medições entregues pela contratada.

13.1.2 - A primeira medição poderá ser feita em prazo inferior a 30 dias; a segunda medição deverá ser feita 30 dias após a primeira; a terceira, 30 dias após a segunda; e, assim sucessivamente.

13.2 - Em caso de não aceitação da medição, a área técnica da Prefeitura a devolverá à Contratada para retificação, devendo esta última emitir nova medição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que deverá ser reanalisada pela Prefeitura em igual prazo.

13.3 - O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades de obras e serviços efetivamente executados, aplicando-se às respectivas quantidades os preços unitários contratuais correspondentes.

13.4 - As medições processadas e aprovadas serão encaminhadas ao Departamento Financeiro, que solicitará o faturamento da medição, sendo que o pagamento da fatura dar-se-á no prazo de até 20 (vinte) dias, contados de sua apresentação.

13.5 - Havendo erro na fatura ou descumprimento de condições, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua regularização. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura.

13.6 - Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação do atraso verificado, salvo aquele ocasionado pela situação prevista no item 13.5.

**XIV - DAS GARANTIAS PARA CONTRATAR**

14.1 - A garantia do contrato a ser lavrado será prestada, após a convocação e antes da assinatura, dentro das formas permitidas pela Lei nº 8.666/93, no valor correspondente a 5% (cinco inteiros por cento) do valor do contrato.

14.1.1 - No caso de seguro-garantia ou fiança bancária deverá constar expressamente da apólice informação que assegure a sua aplicação em face de penalidades contratuais, descumprimento de obrigações trabalhistas e previdências pela contratada.

14.2 - Após o término do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada, mediante requerimento dirigido à Secretaria Gestora, por intermédio do Serviço de Protocolo Geral.

**XV - DO PRAZO PARA INÍCIO E CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**

15.1 - O prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) meses, conforme cronograma elaborado pela Administração*,* a partir do qual a contratada deverá elaborar cronograma executivo detalhado.

15.1.1 - Os serviços contratados deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias, contados da emissão da ordem de serviços.

15.2 – A contratação vigorará até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

15.3 - Após a conclusão, os serviços serão recebidos conforme o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93.

15.3.1 - O recebimento definitivo, mediante termo circunstanciado lavrado e assinado por três servidores municipais, dar-se-á após decorridos 90 (noventa) dias da última medição, vistoria dos serviços e recebimento provisório, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

**XVI - DA CONTRATAÇÃO**

16.1 - A Contratação decorrente da presente licitação vigorará até o recebimento definitivo do objeto do contrato, nos moldes do item XIX deste edital.

16.2 - A adjudicatária será convocada via endereço eletrônico (e-mail) ou meio equivalente para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para atendimento, contados da data de transmissão da convocação. Na ocasião, ser-lhe-ão exigidos os seguintes documentos:

16.2.1 - Comprovante de depósito da garantia estipulada no item XIV;

16.2.2 - Indicação, por escrito, dentre os responsáveis técnicos constantes do(s) atestado(s) ou certidão(ões) de qualificação técnica, daquele que será responsável pela execução do serviço objeto do contrato, bem como do preposto que a representará no local dos trabalhos;

16.2.3 - Comprovante de recolhimento da taxa correspondente à ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), com averbação do registro do CREA-SP na hipótese de o mesmo ser de outra região, de acordo com a lei 5.194/66;

16.2.4 - Indicação, por escrito, de endereço de e-mail para a realização de quaisquer comunicações sobre a execução do contrato;

16.2.5 - Caso os documentos referidos nas alíneas “a” e “b” do item 6.2 estejam com prazo de validade vencido, apresentar outros documentos válidos, na data da assinatura do contrato;

16.2.6 - Apresentar o(s) documento(s) de identidade, R.G. e CPF, do(s) sócio(s) ou procurador(es) que assinará(ao) o contrato com a Prefeitura do Município de Itatiba;

16.2.6.1 - Quando a empresa se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração, por instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhe confira poderes para assinar contrato. Ou deverá trazer cópia simples acompanhada do documento original para autenticação por servidor.

16.3 - O desatendimento do prazo estabelecido no item 16.2, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 64, §1º da lei federal nº 8.666/93, ou o desatendimento das demais condições estabelecidas para a assinatura do contrato, implicará na decadência do direito de contratar, sem prejuízo da imposição das sanções previstas no item 18.1 deste edital.

16.4 - Tratando-se a adjudicatária de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições ou ressalvas à época da etapa de habilitação, deverá comprovar previamente à assinatura do contrato o suprimento da(s) pendência(s) constante(s) do(s) documento(s) apresentado(s) e, em consequência, comprovar a sua regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério desta Administração, contados da data da declaração do vencedor, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da imposição das sanções previstas no item 18.1 deste edital.

16.5 - Quando a adjudicatária decair do direito de assinar o contrato, seja pelo não atendimento do item 16.4 deste Edital, seja pelo não atendimento do item 16.2 ou, pela recusa em assinar o instrumento contratual, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato em igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora ou revogar o certame independentemente das cominações previstas no artigo 81 da Lei nº 8666/93.

16.5.1. A ordem de convocação dos licitantes remanescentes de que trata o item 16.5 observará os benefícios da Lei Complementar nº 123, de modo que as microempresas e empresas de pequeno porte eventualmente existentes do intervalo de 10% (dez por cento) estabelecido no item 9.2.8 deste edital, serão convidadas a contratar, nas condições fixadas no item 16.5, antes da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

**XVII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA LICITANTE VENCEDORA E DA PREFEITURA.**

**DA CONTRATADA:**

17.1. Observar todos os elementos constantes dos projetos, planilha e memorial descritivo e demais condições estabelecidas no edital da licitação e termo de contrato.

17.2. Empregar a melhor técnica na execução dos serviços, em cada uma de suas parcelas, observando as práticas de boa execução, fazendo uso de procedimentos adequados e materiais de primeira qualidade, dentro das características especificadas nos projetos/memorial/planilhas da Concorrência nº 15/2023.

17.2.1. Quando, sob qualquer justificativa, se fizer necessária alguma alteração nas especificações, substituição de algum material por seu equivalente ou qualquer outra alteração na execução daquilo que está projetado, deverá ser apresentada solicitação prévia, e escrita, à fiscalização da obra, minuciosamente justificada, além dos catálogos e ensaios técnicos emitidos por laboratórios qualificados. Entende-se por equivalentes os materiais ou equipamentos que possuam mesma função, mesmas características físicas e mesmo desempenho técnico. As solicitações de equivalência deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços e não darão causa a possíveis prorrogações de prazos.

17.3. Manter responsável técnico e encarregado de obras à frente da execução dos trabalhos e relatar qualquer interferência ou imprevisto, contribuindo para a solução.

17.4. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização do contrato.

17.5. Manter no canteiro de obras “Diário de Obras” ou equivalente para o registro de todas as ocorrências de serviço e para troca de comunicações rotineiras, com o registro de informações, tais como: a) comunicação de serviços concluídos, para a aprovação da Fiscalização, após sua inspeção; b) comunicação de irregularidades e providências a serem tomadas no decorrer da ação da Fiscalização; e, c) andamento geral da obra e outras informações.

17.6. Providenciar insumos e manter na obra número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos, parciais e total, fixados no cronograma básico e executivo.

17.7. Executar o isolamento do local onde serão realizadas as obras/serviços, garantindo a segurança de transeuntes e de veículos.

17.7.1. A mecanização dos serviços deverá ser acompanhada das precauções inerentes a estes processos, quer quanto às exigências técnicas operacionais como aquelas relativas à segurança dos operadores e usuários.

17.8. Manter os locais afetados pelos serviços em perfeito estado de limpeza durante a execução dos trabalhos.

17.9. Atender às determinações da fiscalização do contrato.

17.10. Efetuar a comunicação prévia de início da obra (conforme item 18.2 da NR 18), encaminhando e protocolando uma via na Delegacia Regional do Trabalho e outra no Sindicato da Construção Civil de Itatiba. A via protocolada deverá ser apresentada à Secretaria da Educação, no mínimo de 01 (um) dia antes do início dos serviços.

17.11. Requerer e obter, junto ao INSS, se for o caso, o “Certificado de Matrícula” relativo aos serviços contratados, de forma a possibilitar o licenciamento de execução e junto à entidade competente (CREA ou CAU) a Anotação ou o Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), bem como apresentar, quando concluídos os serviços, o “Certificado de Recolhimento do FGTS seu e das subcontratadas, sob pena de exercer o Proprietário o direito de retenção das importâncias ainda devidas, até a expedição dos aludidos certificado.

17.12. Cumprir as prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social, de segurança contra acidentes de trabalho, bem como manter seguro, de forma que cubra todo o pessoal do serviço durante o período de execução.

17.13. Cumprir as prescrições referentes às leis ambientais na execução dos serviços.

17.14. Permitir o livre acesso dos servidores da Prefeitura, bem como dos órgãos de controle, ao canteiro de obras, bem como aos seus documentos e registros contábeis.

17.15. Refazer os serviços rejeitados pela fiscalização, em tempo hábil, inclusive, para que não venham a prejudicar o cronograma global da obra/serviços, arcando a licitante com o ônus decorrente do fato.

17.16. Responsabilizar-se integral e exclusivamente:

a) por todas as despesas relativas à execução dos serviços, incluindo, entre outros, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, combustíveis e fretes, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, seguros;

b) por todas as despesas relacionadas a testes, ensaios e laudos requeridos pela fiscalização para a conferência dos serviços executados;

c) por todos os encargos fiscais, comerciais, previdenciários e trabalhistas relacionados à execução das obras/serviços;

d) por todos e quaisquer danos que venha causar a funcionários, a terceiros ou à Prefeitura, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados.

17.17. Manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

17.18. Observar a vedação de subempreitada global das obras, permitindo-se, mediante prévia e expressa anuência da contratante a subempreitada de serviços especializados, permanecendo, entretanto, a contratada com integral responsabilidade perante a Prefeitura.

**DA CONTRATANTE:**

17.19 - Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

17.20 - Elaborar as planilhas de apontamento dos serviços e expedir as notificações necessárias;

17.21 - Processar as medições apresentadas e efetuar os pagamentos devidos, nas condições determinadas;

17.22 - Liberar os locais para execução dos serviços;

17.23 - Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato.

**XVIII - DAS SANÇÕES**

18.1. Para o caso de recusa em assinar o contrato:

a) A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal, impedirá a sua participação em novas licitações, pelo prazo de até 02 (dois) anos, bem como caberá multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, ficando ainda sujeita às sanções administrativas inscritas na Seção II, do Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

b) É facultado à Prefeitura, quando a empresa vencedora convocada não assinar o contrato, no prazo e condições deste edital, convocar as empresas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas na Lei 8666/93 e suas posteriores alterações.

18.2. No curso da execução contratual:

18.2.1. Salvo a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados e comprovados, ao não cumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:

a) Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade.

18.2.2.1. A penalidade de multa será aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

a) Multa de 0,025 % sobre o valor do contrato por dia de atraso injustificado, com relação aos prazos fixados para o início dos serviços, bem como com relação aos prazos parciais e final fixados no cronograma, até que seja alcançada a regularização do cronograma;

a.1) Após 30 (trinta) dias de multa, sem que o cronograma tenha sido regularizado, a Administração poderá optar por manter a penalidade ou rescindir a contratação, com acréscimo, neste caso, da penalidade prevista na alínea “c”.

b) Multa de 0,05% sobre o valor do contrato por descumprimento de cláusula ou obrigação contratual não especificada na alínea "a".

b.1) Em caso de reincidência na mesma falta, a penalidade será aplicada com valor dobrado.

c) Havendo rescisão do contrato por inadimplência, por qualquer um dos motivos elencados na cláusula de rescisão, será aplicada à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, bem como a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos.

18.2.2.2. Para efeito de aplicação de multa fica estabelecido:

a) As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

b) As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da Contratada ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

c) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação.

18.3. As penalidades previstas nesta cláusula terão caráter de sanção administrativa e, consequentemente, a sua aplicação não eximirá a Contratada da reparação das eventuais perdas e danos que venha a acarretar ao Município de Itatiba.

**XIX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

19.1 - Após a sua conclusão, a obra será recebida conforme o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93.

19.2 - O recebimento definitivo, mediante termo circunstanciado lavrado e assinado por três servidores municipais, dar-se-á após decorridos 90 (noventa) dias da última medição, vistoria dos serviços e recebimento provisório do serviço, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

**XX - DOS RECURSOS ADMISSÍVEIS**

20.1 - Os recursos eventualmente interpostos contra os atos praticados pela Administração serão processados de acordo com o art. 109 e parágrafos da Lei Federal n°8.666/93, e deverão ser protocolados no prazo legal, na Seção de Licitações, na Avenida Luciano Consoline, n.º 600, Jardim de Lucca, no horário das 09:00 às 17:00 horas.

**XXI - DA DOTAÇÃO A SER ONERADA**

21.1 - Para fazer frente às despesas do contrato existem recursos reservados, onerando a dotação natureza da despesa nº 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; unidade orçamentária: 02.11.01 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; Classificação funcional: 20.601.0009.1.012 – Implantação/Execução Projetos Ambientais

**XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 - Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta indica que tem pleno conhecimento dos elementos constantes do Edital, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto às mesmas, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

22.2 - Fica a licitante ciente que as alterações contratuais fundamentadas sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças (orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto) não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual ainda para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm" \l "art65§1)

22.3 - A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer licitante, em qualquer momento, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da DOCUMENTAÇÃO ou PROPOSTA apresentada.

22.3.1 - A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.

22.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

22.5 - A autoridade administrativa poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e suficiente, podendo também anulá-la por ilegalidade, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso e nos limites legais.

22.6 - O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal n º8.666/93 e demais normas pertinentes.

**XXIII - DOS ANEXOS**

Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

23.1 - Anexo I – Memorial Descritivo/Planilha quantitativa orçamentária e Cronograma.

23.2 - Anexo II - Declaração de Idoneidade (modelo).

23.3 - Anexo III - Credenciamento (modelo)

23.4 - Anexo IV - Declaração para fins do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 (modelo).

23.5 - Anexo V - Proposta/planilha a ser apresentada.

23.6 - Anexo VI - Atestado de visita facultativa (modelo)

23.7 - Anexo VII - Declaração de qualificação microempresa ou empresa de pequeno porte.

23.8 - Anexo VIII - Minuta do Contrato.

23.9 - Anexo IX - Declaração de endereço eletrônico.

Itatiba, 20 de dezembro de 2023.

**ALBERTO HIROSHI BANDO**

**Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura**

**ANEXO I**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBJETO:**

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e plantio de grama em área de operação do Aterro Sanitário Município de Itatiba., por execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, tudo em conformidade com os projetos, memorial, planilha e demais condições apresentadas no edital desta licitação e em seus anexos.

**LOCALIZAÇÃO DA OBRA**

Aterro Sanitário Municipal de Itatiba – Estrada Municipal Benedito Antônio Regagnin – Bairro dos Pintos - Itatiba / SP

**I - CONSIDERAÇÕES GERAIS.**

O presente descritivo trata da execução da rede de drenagem de águas pluviais no Aterro Sanitário Municipal, na área de operação do aterro sanitário. O solo é de natureza silte argilosa, não apresentando afloramento de rochas. O terreno possui declividade de baixa à moderada. As execuções de todas as etapas dos serviços deverão seguir o disposto neste memorial. Bem como as normas técnicas da ABNT atinentes ao assunto.

**Placa da obra.** A placa da obra deverá ser confeccionada em chapa de aço galvanizado nº 26, fixada com perfis em madeira, conforme modelo a ser fornecido pela Prefeitura Municipal.

**Locação da obra** O início da obra deverá ser precedido de sua locação. Nesta etapa deverá ser efetuado o levantamento de todas as interferências, como dutos, chaminés, drenos. Em seguida o levantamento deverá ser repassado à fiscalização. A existência de eventuais empedimentos, deverá ser comunicada à fiscalização que decidirá sobre sua retirada ou remanejamento.

**Normas.** As execuções dos serviços deverão obedecer as normas da ABNT, em especial a NBR 15645/2007.

**Projeto**. Os Projetos deverão ser respeitados em toda a execução da obra. A execução dos serviços será feita segundo estas especificações e os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos a critério da Fiscalização, que efetuará consulta ao autor do projeto, caso necessário.

**Fiscalização.** A Fiscalização das obras será feita por profissionais tecnicamente habilitados junto ao CREA, pertencentes ao quadro da Prefeitura. Qualquer irregularidade apontada pela fiscalização deverá ser registrada no livro diário de obras. Caso a irregularidade não for sanada pela empresa executora será considerada como falta grave, acarretando na suspensão da expedição das medições da obra, bem como do pagamento das medições efetuadas e ainda não pagas. A presença da fiscalização não exime a executante das responsabilidades legais sobre a obra. A responsabilidade civil e ético- profissional pela qualidade, solidez e segurança da obra ou serviço é da executante.

**Mão de obra**. A mão de obra deverá ser realizada por operários especializados, ficando inteiramente a critério da Fiscalização impugnar qualquer trabalho em execução ou executado que não obedeça as condições aqui impostas.

**Materiais e/ou equipamentos**. O emprego de qualquer material e/ou equipamento estará sujeito à aprovação da Fiscalização, que decidirá sobre sua utilização. Todo serviço ou material e/ou equipamento não aceito pela fiscalização deverá ser imediatamente demolido e reconstruído ou, no caso de equipamento, retirado do canteiro de obras. Se a executante persistir em dar prosseguimento no serviço e/ou na utilização do material rejeitado, caberá a mesma submetê-los à ensaios às suas expensas, em laboratórios credenciados, que deverá emitir laudos que comprovem a boa qualidade do serviço e/ou material, face as Normas Brasileiras. A empresa contratada deverá promover o controle tecnológico da obra.

**Sinalização e Segurança do Trabalho**. Antes do início dos serviços deverá ser providenciada sinalização do local. A empresa executora dos serviços deverá cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança do Trabalho, em especial, fazer com que seus funcionários usem os equipamentos de proteção individual (EPIs). Não será adimitido na obra, funcionários que não utilizem os equipamentos de segurança.

**Equipamentos**. Os equipamentos deverão ser compatíveis com a obra em questão. Deverão ser revisados periodicamente com o objetivo de não colocar em risco a segurança dos operários da obra.

**Normas**. Na execução de todas as etapas de serviços deverá ser seguido o disposto neste memorial, nas normas da ABNT atinentes ao assunto.

**Este Memorial possui como anexos, os seguintes documentos**:

* Projeto Executivo de Adequação e Encerramento do Aterro Sanitário Municipal de Itatiba, de Março de 2012 – Volume I – Memorial Descritivo;
* Projeto Executivo de Adequação e Encerramento do Aterro Sanitário Municipal de Itatiba, de Março de 2012 – Volume II – Memorial Técnico, Quantitativos e Cronograma;
* Projeto Executivo de Adequação e Encerramento do Aterro Sanitário Municipal de Itatiba, de Março de 2012 – Volume III – Folhas.
* Planilha Orçamentária de Execução.
* Cronograma Físico-Financeiro

## II - SERVIÇOS

Os serviços de execução da drenagem consistem nos itens abaixo descritos, cujas unidades e quantitativos constam da Planilha Orçamentária deste Termo de Referência:

**1 – Implantação do Sistema de drenagem pluvial geral:**

1.1 - CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM.

1.2 - ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIAMETRO = 300MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA.

1.3 - CALHA EM CONCRETO SIMPLES, EM MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 600 MM.

1.4 - ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIAMETRO = 600MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA.

1.5 - CAIXA COLETORA, 1,20X1,20X1,50M, COM FUNDO E TAMPA DE CONCRETO E PAREDES EM ALVENARIA.

1.6 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

1.7 - GABIAO TIPO COLCHAO RENO/MANTA H = 0,23M - MALHA HEXAG 6X8 REVESTIMENTO ZN/AL C/ PVC FIO 2,0MM C/ DIAFRAGMA A CADA METRO E GEOTEXTIL.

1.8 - TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA-2 PB NBR-8890/2007 DN 400 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS

1.9 - ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIAMETRO = 400MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA.

1.10 - TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA-2 PB NBR-8890/2007 DN 800 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS.

1.11 - ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIAMETRO = 800MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA.

**1.12 – Caixa de Dissipação – D1:**

1.12.1 - GABIAO TIPO CAIXA MALHA HEXAGONAL 8 X 10 CM (ZN/AL), FIO 2,7 MM, DIMENSOES 2,0 X 1,0 X 0,5 M.

1.12.2 - GABIAO TIPO COLCHAO RENO/MANTA H = 0,23M - MALHA HEXAG 6X8 REVESTIMENTO ZN/AL C/ PVC FIO 2,0MM C/ DIAFRAGMA A CADA METRO E GEOTEXTIL.

1.12.3 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

1.12.4 - TUBO PVC EB-644 P/ REDE COLET ESG JE DN 400MM

1.12.5 - CONCRETO FCK=15MPA (1:2,5:3) , INCLUIDO PREPARO MECANICO, LANCAMENTO E ADENSAMENTO.

1.12.6 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE PEDRA DE MAO (RACHÃO).

**1.13 – Caixa de Dissipação – D3:**

1.13.1 - GABIAO TIPO CAIXA MALHA HEXAGONAL 8 X 10 CM (ZN/AL), FIO 2,7 MM, DIMENSOES 2,0 X 1,0 X 0,5 M.

1.13.2 - GABIAO TIPO COLCHAO RENO/MANTA H = 0,23M - MALHA HEXAG 6X8 REVESTIMENTO ZN/AL C/ PVC FIO 2,0MM C/ DIAFRAGMA A CADA METRO E GEOTEXTIL.

1.13.3 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

1.13.4 - TUBO PVC EB-644 P/ REDE COLET ESG JE DN 400MM.

1.13.5 - CONCRETO FCK=15MPA (1:2,5:3) , INCLUIDO PREPARO MECANICO, LANCAMENTO E ADENSAMENTO.

1.13.6 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE PEDRA DE MAO (RACHÃO).

**1.14 – Bacia de Enrocamento B1:**

1.14.1 - ESCAVACAO MANUAL VALA ATE 1M SOLO MOLE.

1.14.2 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

1.14.3 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE PEDRA DE MAO (RACHÃO).

1.14.4 - CONCRETO FCK=15MPA (1:2,5:3) , INCLUIDO PREPARO MECANICO, LANCAMENTO E ADENSAMENTO.

1.14.5 - ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.

1.14.6 - FORMA TABUAS MADEIRA 3A P/ PECAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.

1.14.7 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE BRITA N. 4.

**1.15 – Bacia de Enrocamento B3:**

1.15.1 - ESCAVACAO MANUAL VALA ATE 1M SOLO MOLE.

1.15.2 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

1.15.3 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE PEDRA DE MAO.

1.15.4 - CONCRETO FCK=15MPA (1:2,5:3) , INCLUIDO PREPARO MECANICO, LANCAMENTO E ADENSAMENTO.

1.15.5 - ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.

1.15.6 - FORMA TABUAS MADEIRA 3A P/ PECAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.

1.15.7 - FORNECIMENTO E LANCAMENTO DE BRITA N. 4.

**1.16 – Cerca-silte:**

9.16.1 - PECA DE MADEIRA ROLICA (EUCALIPTO) D = 10CM.

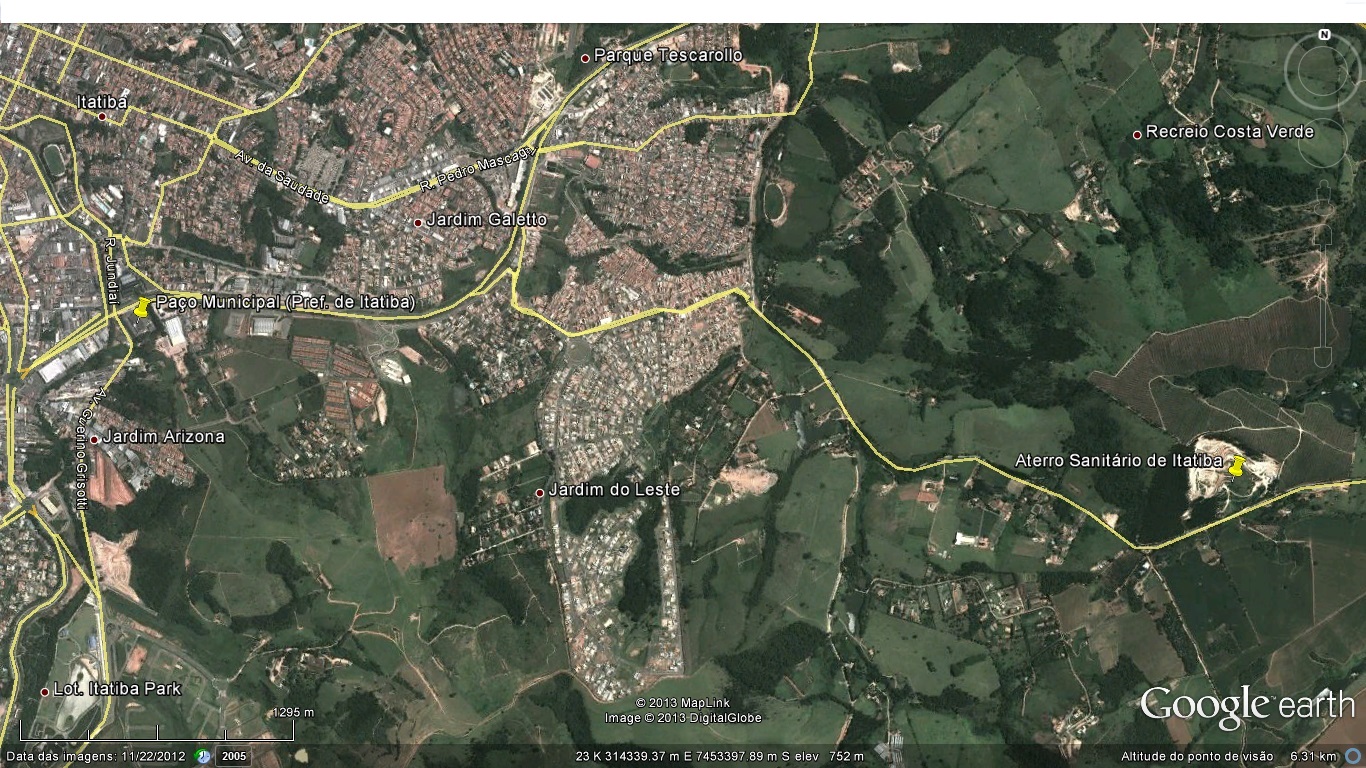
9.16.2 - GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTÍNUOS 100% POLIESTER RT 16 TIPO BIDIM OU EQUIV.

**Assentamento dos tubos e canaletas**. Para o assentamento deverão ser obedecidos os seguintes itens: - O terreno sobre o qual o tubo será assentado deverá ser nivelado, com consistência firme, apresentar resistência uniforme.

**Rejuntamento dos tubos e canaletas**. Antes da execução de qualquer tipo de rejuntamento, deverá ser verificado se as extremidades dos tubos estão perfeitamente limpas. O material de enchimento das juntas que extravasar para o interior do tubo deverá ser retirado. Os tubos e canaletas serão rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume. O rejunte deverá ser na face interna e externa dos mesmos, na quantidade de argamassa suficiente para não permitir vazamentos, garantindo a sua estanqueidade. O rejunte deverá abranger toda a circunferência da superfície de união entre os mesmos.

**Reaterro de valas**. A vala será preenchida com material cuidadosamente selecionado. O percentual de 30% da recomposição da vala deverá ser apiloado, em camadas de vinte centímetros de espessura. Especial cuidado será tomado para o preenchimento dos espaços sob os tubos. Nos trechos onde o pavimento será recomposto todo o material do reaterro deverá ser apiloado. O reaterro será realizado com solo homogêneo, isento de materiais orgânicos e outras impurezas que comprometam a compactação**.**

**III - MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS**

Figura 1: Localização do Aterro Sanitário Municipal de Itatiba.

**1. Implantação do sistema de drenagem de pluvial geral:**

O sistema de drenagem pluvial consiste na implantação de elementos hidráulicos capazes de promover a captação, o encaminhamento e a descarga das águas pluviais que incidirem sobre a área do aterro sanitário, a fim de minimizar a infiltração no maciço sanitário e evitar erosões e deteriorações nos taludes e acessos implantados. Dessa forma, os elementos propostos são semelhantes aos existentes, sendo compostos por:

**- Provisórios:**

1. Leiras ou pequenos diques de solo e cercas-silte;

**- Definitivos:**

1. Canaletas de concreto tipo meia-cana, nos pés dos taludes e acessos;
2. Escadas d’água Descidas hidráulicas por canal trapezoidal em gabião manta (Colchão tipo Reno);
3. Caixas de passagem em concreto armado;
4. Travessias subterrâneas em tubos de concreto armado; e
5. Caixas de dissipação de energia e retenção de sedimentos.

Os cálculos das vazões admitidas e os dimensionamentos dos elementos propostos estão apresentados no ANEXO II.

**- Drenagem Provisória**

Durante as obras de implantação e operação, onde os equipamentos de drenagem pluvial definitiva ainda não tiveram sido instalados, deverão ser implantadas medidas de drenagem provisória para disciplinar as águas pluviais, evitar sua entrada na frente de trabalho e impedir seu contato com os resíduos.

A montante da frente de trabalho devem ser construídos leiras ou pequenos diques de solo nas bermas e nas cristas dos taludes, para interceptar as águas pluviais que escoam a montante, impedindo-as de descerem sobre os taludes atingindo as áreas de operação.

As leiras também deverão ser construídas, no início de cada camada de resíduos, na linha do pé do talude da camada em execução.

Essas leiras ou pequenos diques de solo deverão drenar as águas pluviais para o sistema de drenagem pluvial existente, como caixas de passagem, escadas d’água e canaletas, sempre verificando se os mesmos não serão sobrecarregados.

Desde que não haja resíduos logo abaixo do solo de superfície, junto às leiras deverão ser executadas valetas escavadas para formar um sistema associado e mais eficiente de drenagem pluvial.

Caso haja necessidade, as cercas-silte, ou silt fence, deverão ser implantadas, para reter sedimentos que forem carregados excessivamente, que possa causar assoreamentos e obstruções no sistema de drenagem pluvial. O detalhamento da drenagem provisória encontra-se no ANEXO II.

**- Canaletas de Concreto Tipo Meia-Cana**

As canaletas de berma deverão ser implantadas nos “pés” dos taludes de alteamento das células de resíduos do projeto, bem como no platô final e nos taludes de solo natural existentes. As canaletas são os elementos responsáveis pela captação das águas pluviais que escoam sobre os taludes nas bermas internas.

As canaletas serão do tipo meia-cana, e deverão atender à vazão calculada, de modo que, conforme apresentado no ANEXO II, suas dimensões variam entre Ø 0,30 m, 0,60m e 0,80m, conforme localização prevista e com declividade mínima de 2%.

A conformação das bermas será executada garantindo-se os caimentos previstos, transversal e longitudinalmente. Além das canaletas nos “pés” dos taludes, deverá ser implantada uma canaleta sobre o platô final, na cota 814,00 m para captar as águas direcionando essas águas para as descidas hidráulicas.

No ANEXO III, Folha 05/07, é possível visualizar em planta as canaletas previstas e seus fluxos de escoamento, e na Folha 07/07 os detalhes das canaletas. Os cálculos do dimensionamento da rede de drenagem das águas pluviais encontram-se devidamente apresentados no ANEXO II.

Salienta-se que as canaletas existentes deverão ser retiradas nos locais onde serão instalados os drenos de lixiviados longitudinais e transversais para dar lugar a este sistema, que conforme anteriormente descrito, será recoberto com uma camada impermeabilizante de solo, de modo que as canaletas retiradas deverão ser devidamente re-acomodadas em seus pontos de origem. No entanto, algumas canaletas deverão ser retiradas permanentemente dos locais onde o perímetro de resíduos projetado sobreporá os resíduos existentes.

**- Descidas Hidráulicas por Canal Trapezoidal em Colchão Reno**

As descidas hidráulicas transversais aos taludes são os elementos hidráulicos responsáveis pela captação das vazões provenientes das canaletas e o seu correto encaminhamento com dissipação da energia hidráulica e proteção contra erosão. Estes dispositivos, de descidas hidráulicas, a serem implantados sobre o maciço deverão ser flexíveis de modo a garantir o correto escoamento das vazões captadas mesmo mediante os possíveis recalques que ocorrerem, tendo como vantagem a facilidade de manutenção, em caso de movimentação do maciço.

Sendo assim, adotou-se nas descidas dos taludes do aterro projetado gabiões tipo manta em formato trapezoidal, executados sobre geotêxtil não tecido de 300 g/m². Estes elementos constarão de degraus, decorrentes da superposição dos gabiões tipo manta, de espessura de 0,23 m, sobre a base dos imediatamente sobrejacentes, constituindo uma estrutura que auxiliará na dissipação da energia no escoamento das águas pluviais.

**- Caixas de Passagem**

Nos pontos onde se torna necessário a mudança de direção dos elementos de drenagem, o encontro de drenagens e a diminuição da velocidade das águas para o adequado encaminhamento das vazões coletadas, devem ser implantadas caixas de passagem.

As caixas de passagem deverão ser executadas com concreto em sua base e alvenaria nas paredes, na passagem entre as descidas hidráulicas dos taludes nas bermas, quando o escoamento se der no encontro das canaletas de berma com as descidas hidráulicas de gabiões tipo manta, adotando-se as dimensões calculadas.

As caixas de passagem também foram definidas para serem implantadas nas mudanças de direções do escoamento das águas nas canaletas de concreto. No ANEXO III, Folha 05/07, é possível visualizar em planta a localização das caixas de passagem e na folha 07/07, seus detalhes.

**- Travessias Subterrâneas em Tubo de Concreto Armado**

As travessias deverão ser implantadas em trechos onde o sistema de drenagem superficial é interceptado pelas bermas de acesso operacional de máquinas e equipamentos. Haverá, portanto, a necessidade de travessia do sistema por meio de galerias com tubos de concreto armado. Diante dos recalques normais esperados para o maciço sanitário, deverá haver um serviço permanente e contínuo de manutenção destes sistemas, com o objetivo de eliminação de trincas, acertos de declividades e desassoreamento.

Nas travessias esses tubos deverão ser implantados adotando-se dimensões, de 0,40 m e 0,80 m, conforme a necessidade de atendimento à vazão calculada.

**- Sistema de dissipação de energia e retenção de sedimentos nas saídas d'água:**

Devido à energia das águas captadas no aterro proposto, nas saídas d’água do empreendimento foram propostos sistemas de dissipação de energia e retenção de sedimentos, para complementar as já existentes.

Ao todo são 2 saídas d’água (s1 e s3). Devido à energia das águas, são propostos 2 tipos de equipamentos que funcionarão associadamente, sendo:

1. Caixas de dissipação de energia e retenção de sedimentos; e
2. Bacias de enrocamento.

Primeiramente, em cada uma das duas saídas d’água, as águas drenadas serão encaminhadas por tubo de concreto à caixa de dissipação de energia e retenção de sedimentos, e posteriormente, para a bacia de enrocamento, sendo interligadas entre si, por tubo de concreto.

Esses dois equipamentos terão como função diminuir as velocidades elevadas de escoamento, reter sedimentos e direcionar adequadamente as águas pluviais aos cursos d’água de jusante.

**CAIXA DE DISSIPAÇÃO DE ENERGIA E RETENÇÃO DE SEDIMENTOS:**

Deverá proceder a escavação mecânica até 2,00 metros de profundidade. Após a mesma será compactado até 95% do P.N., em camadas de 20 cm. O material da escavação excedente será depositado em local apropriado. A distância média de transporte será de 900 a 1.000 metros. Nos taludes externos da bacia será plantado grama, visando a contenção de processos erosivos. As valas, tanto das descidas, quanto das caixas, deverão serem abertas de acordo com o projeto, evitando-se danos a possíveis drenos existentes, taludes e afins, isto é, deverão ser atentados todos os cuidados para que não haja rupturas, erosões ou afundamento da área encerrada do aterro. Os muros de gabião serão preenchido com pedra de mão tipo rachão, de gravidade com gaiolas de comprimento igual a 2,00 metros, alturo do muro de até 4 metros com fornecimento de material e mão de obra. O Gabião manta (colchão) deverá ser executado com malha hexagonal 6x8 cm (zn/al + PVC), fio 2,0 mm, dimensões 5,0 x 2,0x 0,23 m (c x l x a). Aplicação de geotêxtil não tecido agulhado de filamentos contínuos 100% poliéster RT 16 tipo Bidim ou equivalente. Os tubos de PVC com parede maciça, DN 400 mm, junta elástica, instalado em local com nível baixo de interferências – fornecimento e assentamento.

**ESCADA D’ÁGUA DE GABIÃO TIPO COLCHÃO RENO**

Escavação mecânica em campo aberto em solo exceto rocha até 2,00 m de profundidade, espalhamento de solo em bota fora com compactação sem controle, colocação de manta com malha hexagonal 6x8 cm (zn/al + PVC), fio 2,0 mm, dimensões 5,0 x 2,0x 0,23 m (c x l x a). Aplicação de geotêxtil não tecido agulhado de filamentos contínuos 100% poliéster RT 16 tipo Bidim ou equivalente.

**CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO 1 x 1 x1**

Escavação mecânica em campo aberto em solo exceto rocha até 2,00 m de profundidade, transporte de soloo até o 2º km, espalhamento de solo em bota fora com compactação sem controle. Aplicação de concreto fck =25 MPA, traço 1:2,3:2,7 (cimento/areia média/brita 1) – preparo mecânico com betoneira de 400 l, lançamento/aplicação manual de concreto. As formas serão em pinho 3ª para concreto, com reaproveitamento máximo de 2x. Utilização de armadura em barro de aço CA-50, argamassa traço 1:4 para contrapiso, preparo mecânico. Impermeabilização de superfície com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com aditivo impermeabilizante, e = 1,5 cm.

**CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO 2 x 1 x1,5**

Escavação mecânica em campo aberto em solo exceto rocha até 2,00 m de profundidade, transporte de soloo até o 2º km, espalhamento de solo em bota fora com compactação sem controle. Aplicação de concreto fck =25 MPA, traço 1:2,3:2,7 (cimento/areia média/brita 1) – preparo mecânico com betoneira de 400 l, lançamento/aplicação manual de concreto. As formas serão em pinho 3A para concreto, com reaproveitamento máximo de 2x. Utilização de armadura em barro de aço CA-50, argamassa traço 1:4 para contrapiso, preparo mecânico. Impermeabilização de superfície com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com aditivo impermeabilizante, e = 1,5 cm. Aplicação de brita 2.

**BACIAS DE ENROCAMENTO**

Escavação mecânica em campo aberto em solo exceto rocha até 2,00 m de profundidade, transporte de solo até o 2º km, espalhamento de solo em bota fora com compactação sem controle. Aplicação de geotêxtil não tecido agulhado de filamentos contínuos 100% poliéster RT 13 tipo Bidim ou equivalente, colocação de pedra de mão. Aplicação de concreto fck =15 MPA, traço 1:3,4:3,5 (cimento/areia média/brita 1) – preparo mecânico com betoneira de 400 l, lançamento/aplicação manual de concreto. Armadura em barra de aço CA-50. As formas serão em pinho 3A para concreto, com reaproveitamento máximo de 2x. Aplicação de pedra britada nº 4.

**COBERTURA VEGETAL**

Plantio de grama batatais em placas nos taludes, após a finalização das obras, livres de pragas. As placas deverão ser sustentadas por piquetes, para que não haja escorregamento das mesmas. Material e mão de obra para plantio.

OBSERVAÇÕES

1 - Os componentes e serviços descritos acima seguem critérios de execução, medição, componentes e serviços incluídos conforme descritos nas planilhas, especificações e catálogos correspondentes às tabelas do SINAPI e CPOS.

2 - Os custos unitários na planilha quantitativa/orçamentária em anexo são o limite máximo aceito por esta municipalidade para esta intervenção.

## IV - Condições Gerais

* A empresa contratada receberá Ordens de Serviços de acordo com o Contrato,
* As máquinas deverão estar em boas condições de conservação, com tempo de operação máximo de 5 anos, não serão aceitas máquinas que apresentem defeitos graves ou crônicos, que causem a paralisação dos serviços continuamente;
* Não serão aceitas justificativas quanto à lentidão dos serviços devidos a problemas mecânicos dos equipamentos, e uma vez detectado o problema a empresa deverá trocar o equipamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a fim de evitar a paralisação dos serviços, sob multa diária.
* A empresa será fiscalizada quanto à conservação e manutenção de suas máquinas e equipamentos, principalmente do tempo de recomposição de máquinas quando da quebra do equipamento importar na troca do mesmo;
* A empresa contratada deverá manter um encarregado responsável pela equipe e máquinas locadas, o qual será responsável pelo gerenciamento dos equipamentos disponibilizados;
* O encarregado responderá pela empresa por seus atos e será responsável pelos funcionários da contratada, devendo prestar contas aos fiscais da Prefeitura.
* A disponibilização fora do horário pré estabelecido na Ordem de Serviço só será aceita se expressamente autorizada pela Secretaria Municipal solicitante;
* A empresa contratada deverá atender em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer pedido desde que justificado, de substituição de qualquer funcionário que não esteja atendendo ou cumprindo os serviços pretendidos, ou não tenha comportamento aceitável;
* Os Motoristas deverão ser legalmente habilitados, com carteira de habilitação devidamente atualizada e compatível com a categoria bem como os respectivos exames médicos em dia;
* O pessoal empregado para a prestação dos serviços objeto do Contrato, não terá relação de emprego com a municipalidade e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos. E, na hipótese de eventual acionamento judicial da municipalidade, a Contratada ressarcirá toda e qualquer despesa que a municipalidade venha a desembolsar em decorrência disso.
* Não serão consideradas as quilometragens necessárias à manutenção das máquinas e equipamentos (mecânica, elétrica, entre outras).

**A empresa contratada também se obriga a:**

* Respeitar e fazer com que seus funcionários respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessários, os E.P.I.s básicos de segurança.
* Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens da municipalidade, de seus funcionários ou de terceiros.
* Comunicar imediatamente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no transporte.
* Substituir o pessoal cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pela Municipalidade.
* Arcar com o pagamento das multas que porventura incidirem sobre os veículos disponibilizados com motorista.
* Manter em local visível, no veículo, placa de identificação com os dizeres “A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA”, nos padrões estabelecidos pela Municipalidade.
* Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à contratada otimizar a gestão de seus recursos, humanos e materiais, com a qualidade dos serviços e a satisfação da Contratante.
* A empresa contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nas quantidades do objeto de que trata o Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, assinando o termo aditivo, conforme as condições previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.
* Durante a execução ou vigência do Contrato, a Contratada deverá manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital.
* Todos os encargos devidos em razão da execução do objeto contratual, inclusive de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, correrão por conta exclusiva da contratada.

**Responsabilidades**

* A Contratada será responsável integralmente por danos causados à Prefeitura Municipal e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissões, no período contratual ou decorrente deste;
* A Contratada deverá seguir todas as normas técnicas civis para execução do projeto, bem como as normas específicas para reforma do museu;
* A Contratada obriga-se a manter a Contratante à margem de todas e quaisquer reivindicações e/ou indenizações decorrentes de sinistro de qualquer natureza, de danos ou avarias causados a terceiros, danos pessoais causados a empregados da Contratada ou a terceiros, em decorrência do Contrato. Tais prejuízos serão inteiramente assumidos pela Contratada e serão de sua exclusiva responsabilidade, sem qualquer ônus para a Contratante;
* À fiscalização, ficam concedidos poderes de embargo às máquinas, impedir ou preterir pessoal da Contratada, em qualquer nível funcional quando for constatado desobediência ostensiva a estas especificações, quando constatar incompetência comprovada para desempenho da função ou comportamento inconveniente;
* À fiscalização compete, também, observações, advertência ou qualquer outro tipo de comunicação à Contratada.

**Fiscalização:**

* A fiscalização exercida pelo município terá poderes para:
* Suspender a execução de qualquer trabalho em desacordo com as normas, padrões e instruções do município;
* Suspender a execução de qualquer trabalho que esteja em desacordo com os critérios de segurança individual, coletivo e/ou de terceiros;
* Controlar a execução dos serviços, verificando se os recursos de pessoal, veículos, ferramentas e equipamentos são suficientes para a realização dos mesmos;
* A presença da fiscalização na obra não exime a responsabilidade da contratada na execução dos serviços e nos aspectos voltados à segurança;
* A contratada deverá facilitar o trabalho da fiscalização em todas as suas fases, fornecendo todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**PRAZO**

O prazo para execução da obra é de 5 (cinco) meses.

















**ANEXO II - MODELO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Itatiba, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,em\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2023

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome:

RG.:

**ANEXO III - MODELO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a)........, portador da Cédula de identidade nº e CPF sob nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Itatiba, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de renunciar ao ou desistir do direito de interposição de Recurso, bem como receber intimações.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,em\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome:

RG.:

OBS.: O credenciamento deverá vir acompanhado do documento solicitado no item: 4.1 - DA REPRESENTAÇÃO NA LICITAÇÃO

**ANEXO IV - MODELO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA**

DECLARAÇÃO

..............................., inscrito no CNPJ nº ......................., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ................................., portador (a) da Carteira de Identidade nº ....................... e do CPF nº ................., DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho.

Obs.: Declarar quando for o caso: “Declaro que emprego menor com idade a partir de catorze anos na condição de aprendiz”.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,em\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2023

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome:

RG.:

**ANEXO V- MODELO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA**

1.Segue nossa planilha/proposta para a execução do objeto licitado:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID** | **TOTAL** | **VALOR UNIT. S/ BDI** | **VALOR UNIT. C/ BDI** | **VALOR TOTAL** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ... | | | | | |  |  | | | | | | |

1.1. O valor global proposto para execução do objeto licitado é de R$ .................. (..............................................................................).

1.1.1- No valor proposto, foi aplicado o percentual de BDI de …........%, com a seguinte composição:

OBS.: Se houver variação de BDI, indicar o(s) item(ns), o(s) percentual(is) aplicado(s) e a respectiva composição.

**OBS.: Solicitamos que a empresa participante verifique os totais, item por item, em sua proposta, pois a multiplicação de cada item deverá corresponder exatamente ao seu total (inclusive os centavos).**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,em\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**ANEXO VI**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**ATESTADO DE VISITA (FACULTATIVA)**

ATESTAMOSque a empresa, ......................................., CNPJ nº..........................., devidamente representada no ato pelo Sr..........................., portador da Cédula de Identidade RG xx.xxx.xxx, e do CPF xxx.xxx.xxx-xx**, e/ou** CREA nº................................., visitou o local onde será realizada os serviços, objeto da licitação, ficando ciente de todas as condições gerais e peculiares do local dos serviços.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2023

**Acompanhamento Técnico**

**Nome:**

**Cargo:**

**CREA**:

**ANEXO VII**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA**

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(denominação da pessoa jurídica)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado mediante **\_\_\_**(modalidade/nº)\_**\_\_\_**, bem como estando apta para exercer o direito de ser habilitada ainda que os documentos de regularidade fiscal apresentados contenham ressalvas ou restrições, declarando, no mais, ciência de que tais ressalvas ou restrições deverão ser supridas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação deste certame, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da sanções previstas no artigo 81 da lei federal nº 8.666/93, que esta empresa, na presente data, enquadra-se como:

(   ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

(   ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

Itatiba/SP, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO VIII**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº ....../2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.044/2023**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**VALOR DO CONTRATO R$**

**Cláusula I**

1.1 - Obrigam-se pelo cumprimento do presente instrumento contratual:

a) Como CONTRATANTE:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, com endereço na Av. Luciano Consoline, n.º 600, Jardim de Lucca, em Itatiba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 50.122.571/0001-77, representada pelo Prefeito Municipal, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato assistido pelo Secretário de xxxx

b) Como CONTRATADA:

(qualificação da empresa vencedora)

**Cláusula II - OBJETO**:

2.1 – Execução de serviços para implantação do sistema de drenagem pluvial e plantio de grama em área de operação do Aterro Sanitário Municipal de Itatiba, por execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, tudo em conformidade com os projetos, memorial, planilha e demais condições apresentadas no edital desta licitação e em seus anexos.

**Cláusula III - DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. - Os preços a vigorarem no presente contrato são os ofertados pela contratada na planilha constante de sua proposta comercial.

3.1.1 - Os preços incluem todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto do contrato, especialmente recursos humanos, materiais e equipamentos necessários, bem como encargos sociais e trabalhistas, transportes, seguros, benefícios, tributos, ensaios tecnológicos, BDI, liquidação de responsabilidades por acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie causados ao Município ou a terceiros por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia da contratada, de seus prepostos ou funcionários entre outros custos diretos e indiretos relacionadas à execução do contrato.

3.2 - Para fazer frente às despesas do contrato, existem recursos reservados, onerando a dotação natureza da despesa nº 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; unidade orçamentária: 02.11.01 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; Classificação funcional: 20.601.0009.1.012 – Implantação/Execução Projetos Ambientais.

3.3 - A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência da licitação realizada mediante a Concorrência n° 15/2023não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**Cláusula IV - REAJUSTE DOS PREÇOS**

4.1 - A cada período de 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base na variação do INCC - Índice Nacional de Custo da Construção, considerando-se como termo inicial o mês correspondente à data de apresentação da proposta na licitação realizada.

**Cláusula V - DO PRAZO PARA INÍCIO E CONCLUSÃO DA OBRA.**

5.1 - O prazo de execução da obra será de 05 (cinco) meses, conforme cronograma elaborado pela Administração*,* a partir do qual a contratada deverá elaborar cronograma executivo detalhado.

5.1.1 - Os serviços contratados deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias, contados da emissão da ordem de serviços.

**Cláusula VI - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1 - A Contratação vigorará até o recebimento definitivo do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula XII.

**Cláusula VII - DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 - Mediante requerimentos apresentados à PREFEITURA pela CONTRATADA, serão efetuadas as MEDIÇÕES dos serviços executados, as quais serão apresentadas sob a forma de documento escrito e processadas regularmente pela área técnica da Prefeitura, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, com a juntada, inclusive, se for o caso, dos certificados, laudos e ensaios dos serviços executados ou materiais empregados. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação mensal dos seguintes documentos: (a) comprovação dos recolhimentos do FGTS; (b) comprovação dos recolhimentos das contribuições ao INSS.

7.1.1 - A área técnica da Prefeitura terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para emitir manifestação sobre as medições entregues pela contratada.

7.1.2 - A primeira medição poderá ser feita em prazo inferior a 30 dias; a segunda medição deverá ser feita 30 dias após a primeira; a terceira, 30 dias após a segunda; e, assim sucessivamente.

7.2 - Em caso de não aceitação da medição, a área técnica da Prefeitura a devolverá à Contratada para retificação, devendo esta última emitir nova medição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que deverá ser reanalisada pela Prefeitura em igual prazo.

7.3 - O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades de obras e serviços efetivamente executados, aplicando-se às respectivas quantidades os preços unitários contratuais correspondentes.

7.4 - As medições processadas e aprovadas serão encaminhadas ao Departamento Financeiro, que solicitará o faturamento da medição, sendo que o pagamento da fatura dar-se-á no prazo de até 20 (vinte) dias, contados de sua apresentação.

7.5 - Havendo erro na fatura ou descumprimento de condições, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua regularização. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura.

7.6 - Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação do atraso verificado, salvo aquele ocasionado pela situação prevista no item 7.5.

**Cláusula VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**XVII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA LICITANTE VENCEDORA E DA PREFEITURA.**

8.1 - Observar todos os elementos constantes dos projetos, planilha e memorial descritivo e demais condições estabelecidas no edital da licitação e termo de contrato.

8.2 - Empregar a melhor técnica na execução dos serviços, em cada uma de suas parcelas, observando as práticas de boa execução, fazendo uso de procedimentos adequados e materiais de primeira qualidade, dentro das características especificadas nos projetos/memorial/planilhas da Concorrência nº 15/2023.

8.2.1 - Quando, sob qualquer justificativa, se fizer necessária alguma alteração nas especificações, substituição de algum material por seu equivalente ou qualquer outra alteração na execução daquilo que está projetado, deverá ser apresentada solicitação prévia, e escrita, à fiscalização da obra, minuciosamente justificada, além dos catálogos e ensaios técnicos emitidos por laboratórios qualificados. Entende-se por equivalentes os materiais ou equipamentos que possuam mesma função, mesmas características físicas e mesmo desempenho técnico. As solicitações de equivalência deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços e não darão causa a possíveis prorrogações de prazos.

8.3 - Manter responsável técnico e encarregado de obras à frente da execução dos trabalhos e comunicar qualquer interferência ou imprevisto, contribuindo para a solução.

8.4 - Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização do contrato.

8.5 - Manter no canteiro de obras “Diário de Obras” ou equivalente para o registro de todas as ocorrências de serviço e para troca de comunicações rotineiras, com o registro de informações, tais como: a) comunicação de serviços concluídos, para a aprovação da Fiscalização, após sua inspeção; b) comunicação de irregularidades e providências a serem tomadas no decorrer da ação da Fiscalização; e, c) andamento geral da obra e outras informações.

8.6 - Providenciar insumos e manter na obra número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos, parciais e total, fixados no cronograma básico e executivo.

8.7 - Executar o isolamento do local onde serão realizadas as obras/serviços, garantindo a segurança de transeuntes e de veículos.

8.7.1 - A mecanização dos serviços deverá ser acompanhada das precauções inerentes a estes processos, quer quanto às exigências técnicas operacionais como aquelas relativas à segurança dos operadores e usuários.

8.8 - Manter os locais afetados pelos serviços em perfeito estado de limpeza durante a execução dos trabalhos.

8.9 - Atender às determinações da fiscalização do contrato.

8.10 - Efetuar a comunicação prévia de início da obra (conforme item 18.2 da NR 18), encaminhando e protocolando uma via na Delegacia Regional do Trabalho e outra no Sindicato da Construção Civil de Itatiba. A via protocolada deverá ser apresentada à Secretaria da Educação no mínimo de 01 (um) dia antes do início dos serviços.

8.11 - Requerer e obter, junto ao INSS, se for o caso, o “Certificado de Matrícula” relativo aos serviços contratados, de forma a possibilitar o licenciamento de execução e junto à entidade competente (CREA ou CAU) a Anotação ou o Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), bem como apresentar, quando concluídos os serviços, o “Certificado de Recolhimento do FGTS seu e das subcontratadas, sob pena de exercer o Proprietário o direito de retenção das importâncias ainda devidas, até a expedição dos aludidos certificado.

8.12 - Cumprir as prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social, de segurança contra acidentes de trabalho, bem como manter seguro, de forma que cubra todo o pessoal do serviço durante o período de execução.

8.13 - Cumprir as prescrições referentes às leis ambientais na execução dos serviços.

8.14 - Permitir o livre acesso dos servidores da Prefeitura, bem como dos órgãos de controle, ao canteiro de obras, bem como aos seus documentos e registros contábeis.

8.15 - Refazer os serviços rejeitados pela fiscalização, em tempo hábil, inclusive, para que não venham a prejudicar o cronograma global da obra/serviços, arcando a licitante com o ônus decorrente do fato.

8.16 - Responsabilizar-se integral e exclusivamente:

a) por todas as despesas relativas à execução dos serviços, incluindo, entre outros, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, combustíveis e fretes, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, seguros;

b) por todas as despesas relacionadas a testes, ensaios e laudos requeridos pela fiscalização para a conferência dos serviços executados;

c) por todos os encargos fiscais, comerciais, previdenciários e trabalhistas relacionados à execução das obras/serviços;

d) por todos e quaisquer danos que venha causar a funcionários, a terceiros ou à Prefeitura, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados.

8.17 - Manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

8.18 - Observar a vedação de subempreitada global das obras, permitindo-se, mediante prévia e expressa anuência da contratante a subempreitada de serviços especializados, permanecendo, entretanto, a contratada com integral responsabilidade perante a Prefeitura.

**Cláusula IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 - Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

9.2 - Elaborar as planilhas de apontamento dos serviços e expedir as notificações necessárias;

9.3 - Processar as medições apresentadas e efetuar os pagamentos devidos, nas condições determinadas;

9.4 - Liberar os locais para execução dos serviços;

9.5 - Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato.

**Cláusula X – DA GARANTIA CONTRATUAL**

10.1 - A contratada oferece, a título de garantia do Contrato, e conforme o art. 56 da Lei 8.666/93, a importância de R$ xxxx (xxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, sob forma de (dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária).

10.2 - Após o término do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada.

10.3 - Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multa ou outro motivo de direito, a Contratada será notificada através de correspondência simples, para, no prazo de 20 (vinte) dias, complementar o valor da caução. À Contratante cabe descontar, da garantia, toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela Contratada.

**Cláusula XI - DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 - Não obstante o fato de a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto deste contrato, a PMI, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade da Contratada, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

11.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços deverão ser registradas pela PMI ou seus prepostos nos Livros de Ocorrências, produzindo esses registros os efeitos de direito.

**Cláusula XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

12.1 - Após a sua conclusão, a obra será recebida conforme o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93.

12.2 - O recebimento definitivo, mediante termo circunstanciado lavrado e assinado por 3 (três) servidores municipais, dar-se-á após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da última medição, vistoria dos serviços e emissão do laudo de recebimento do serviço.

**Cláusula XIII - DAS SANÇÕES**

13.1 - No curso da execução contratual:

13.2.1 - Salvo a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados e comprovados, ao não cumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:

a) Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade.

13.2.1.1 - A penalidade de multa será aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

a) Multa de 0,025% sobre o valor do com trato por dia de atraso injustificado, com relação aos prazos fixados para o início dos serviços, bem como com relação aos prazos parciais e final fixados no cronograma, até que seja alcançada a regularização do cronograma;

a.1) Após 30 (trinta) dias de multa, sem que o cronograma tenha sido regularizado, a Administração poderá optar por manter a penalidade ou rescindir a contratação, com acréscimo, neste caso, da penalidade prevista na alínea “c”.

b) Multa de 0,05% sobre o valor do contrato por descumprimento de cláusula ou obrigação contratual não especificada na alínea "a".

b.1) Em caso de reincidência na mesma falta, a penalidade será aplicada com valor dobrado.

c) Havendo rescisão do contrato por inadimplência, por qualquer um dos motivos elencados na cláusula de rescisão, será aplicada à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, bem como a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos.

13.2.2.2. Para efeito de aplicação de multa fica estabelecido:

a) As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

b) As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da Contratada ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

c) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação.

13.3. As penalidades previstas nesta cláusula terão caráter de sanção administrativa e, consequentemente, a sua aplicação não eximirá a Contratada da reparação das eventuais perdas e danos que venha a acarretar ao Município de Itatiba.

**Cláusula XIV - DA RESCISÃO**

14.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

14.1.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

14.1.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

14.1.3 - O atraso injustificado do início do serviço;

14.1.4. - A lentidão da execução do serviço, levando a PMI a concluir pela impossibilidade de sua conclusão, no(s) prazo(s) estipulado(s);

14.1.5 - A subcontratação total ou a subcontratação parcial não autorizada do seu objeto, a associação da execução do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato;

14.1.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.7 - A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

14.1.8 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.9. - A decretação de falência social ou de insolvência civil da pessoa física contratada;

14.1.10 - A dissolução da sociedade;

14.1.11 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

14.1.12 - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual.

14.1.13 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas em processo administrativo a que se refere o contrato.

14.1.14 - Perda, pela contratada, das condições de habilitação exigidas no Edital.

**Cláusula XV - VALOR DO CONTRATO**

15.1 - As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R$..................... (.................), para todos os legais e jurídicos efeitos.

**Cláusula XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1- Fica a contratada ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos dele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto às mesmas, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

16.2- O contratado fica obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços dentro dos limites legais.

16.3- Este ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº8.666/93 e demais normas pertinentes.

16.4- Fazem parte integrante deste contrato, o Edital de Licitação nº 167/2023, seus anexos e a proposta comercial da contratada.

16.5 - A contratada reconhece, neste ato, as prerrogativas legais da Administração (cláusulas legais exorbitantes), bem como a possibilidade de rescisão administrativa do ajuste, nos casos legais.

16.6- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Concorrência Pública nº 15/2023.

Fica eleito o foro da Comarca de Itatiba para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado em x (xxxxxx) vias de igual teor pelas partes na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Assinaturas:

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHA

**ANEXO IX**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**Processo Administrativo Nº 14.044/2023**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2023**

**Edital licitatório Nº 167/2023**

**DECLARAÇÃO – ENDEREÇO ELETRÔNICO**

Declaramos para todos os fins de direito, que todas as comunicações relativas à Concorrência nº 15/2023, bem como, no caso de adjudicação, de todas as comunicações relativas ao contrato e execução contratual, incluindo convocações para assinatura e notificações sobre quaisquer aspectos da fiscalização e da gestão contratual, deverão ser feitas, prioritariamente, no nosso endereço eletrônico: **……………………………………..**

Declaramos ciência e concordância com o compromisso de manter tal canal de comunicação atualizado, indicando, em caso de mudança, novo endereço eletrônico para as comunicações que se fizerem necessárias.

Declaramos, por fim, a validade das comunicações enviadas pela Prefeitura do Município de Itatiba no endereço eletrônico acima indicado, caso não informemos formalmente a sua eventual alteração.

............................, ......... de ..................de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

Nome

RG nº...................................

**TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente a **Concorrência Pública nº 15/2023.** Objeto: Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e plantio de grama em área de operação do Aterro Sanitário Município de Itatiba

**Nome da Empresa:**

**CNPJ Nº**

**Endereço:**

**Bairro**: **Cidade**:

**Telefone:**

**E-mail:**

**Contato**:

**Importante: Este documento deverá ser preenchido, digitado e enviado através do e-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.**

A Prefeitura de Itatiba não se responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

**Fone para contato (11) 3183-0655**

**Concorrência Pública nº 15/2023**, Tipo Menor Preço Global - Edital nº 167/2023. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços para implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e plantio de grama em área de operação do Aterro Sanitário Município de Itatiba, por execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, tudo em conformidade com os projetos, memorial, planilha e demais condições apresentadas no edital desta licitação e em seus anexos. Disponível na íntegra, na Seção de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jardim de Lucca, Itatiba/SP e endereço eletrônico [www.itatiba.sp.gov.br](http://www.itatiba.sp.gov.br/). A entrega dos envelopes se encerrará no **dia 01 de fevereiro de 2024, às 11 horas**. Fone (11) 3183-0655. Adriana Stocco - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.